

## D'A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO 2(1967) AOS COMENTÁRIOS (1988): UM “CORTE EPISTEMOLÓGICO”? UMA HIPÓTESE HERMENÊUTICA SOBRE A OBRA DE GUY DEBORD

[FROM THE *SOCIETY OF SPECTACLE* (1967) TO *COMMENTARIES* (1988): AN “EPISTEMOLOGICAL CUT”? A HERMENEUTIC HYPOTHESIS ABOUT DEBORD'S WORK]

Eurico Carvalho \*  
Universidade do Porto, Portugal

**RESUMO:** No que toca à relação entre *A Sociedade do Espetáculo* (1967) e os *Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo* (1988), ou se admite a auto-interpretação debordiana, de acordo com a qual ambos se complementam, ou reconhecemos, pelo contrário, a presença de um “corte epistemológico”, pondo em causa, por consequência, a unidade revolucionária da obra de Guy Debord. Em conformidade com a primeira hipótese, Maquiavel acaba por prolongar Marx (sob a égide do projecto situacionista de subversão do regime espectacular vigente); com a segunda, porém, abandona-se o campo de análise da economia política, substituindo-o, aparentemente, por uma lógica policial. Porque se nos afigura mais plausível a linha interpretativa que Debord perfilha, se bem que não esteja isenta de dificuldades, vamos argumentar a seu favor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espetáculo; Guy Debord; Internacional Situacionista; Maquiavel; Marx

**ABSTRACT:** As far as the relationship between *The Society of the Spectacle* (1967) and *Commentaries on the Society of the Spectacle* (1988) is concerned, one either acknowledges Guy Debord's self-interpretation, according to which these books complement each other, or one is forced to concede, on the contrary, the existence of an "epistemological cut", undermining, therefore, the revolutionary unity of Debord's work. According to the first hypothesis, Machiavelli and Marx will eventually be linked up in a Situationist project to overthrow spectacular society. However, the second hypothesis involves dismissing political economy analysis, whose field is apparently occupied by police logic. Because Debord's interpretation seems to us to be more plausible, even though its defence is not an easy task, we will endorse his point of view.

**KEYWORDS:** Guy Debord; Machiavelli; Marx; Situationist International; Spectacle

Tanto *A Sociedade do Espetáculo* como os *Comentários* sobre a mesma revelam, além do título, a particularidade comum de antecederem, com um ano tão-somente de diferença, dois eventos-chave que explicam, em grande medida, a natureza pós-revolucionária do presente: Maio de 1968 e, em 1989, a Queda do Muro de Berlim. A propósito destes livros, que antecipam notavelmente a lógica dos acontecimentos<sup>1</sup>, não é de somenos realçar a inteligência histórica do seu Autor, a quem se atribui até “uma extraordinária capacidade premonitória” (PERNIOLA, 2007: 175). Quer se aceite o atributo quer não, o que fica de Guy Debord, seja como for, é a sua arte

\* Doutor em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do «Research Group Aesthetics, Politics and Knowledge» do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, no quadro do qual tem desenvolvido e publicado o seu trabalho em torno do pensamento de Guy Debord. Email: euricodecarvalho@gmail.com

de escrever às *portas da História*<sup>2</sup>, entreabrindo-as, por vezes, com inexcedível rigor e clareza.

## 1.0 REGIME OMNIPRESENTE DO PODER ESPECTACULAR

No que toca à relação entre os dois textos, ou se admite a auto-interpretação debordiana, de acordo com a qual ambos se complementam, ou reconhecemos, pelo contrário, a presença de um “corte epistemológico”, pondo em causa, por consequência, a unidade revolucionária da obra de quem não só fundou a Internacional Situacionista, mas também a dissolveu. Em conformidade com a primeira hipótese, Maquiavel, em especial, acaba por prolongar Marx; com a segunda, porém, abandona-se o campo de análise da economia política, substituindo-o, aparentemente, por uma lógica policial. Porque se nos afigura mais plausível a linha interpretativa que Debord perfilha, se bem que não esteja isenta de dificuldades, vamos argumentar a seu favor. Vejamos primeiro o modo como o filósofo justifica a continuidade do seu pensamento sobre o espectáculo:

Sur le plan simplement théorique, il ne me faudrait ajouter à ce que j’avais formulé antérieurement qu’un détail, mais qui va loin. En 1967, je distinguais deux formes, successives et rivales, du pouvoir spectaculaire, la concentrée et la diffuse. L’une et l’autre planaient au dessus de la société réelle, comme son but et son mensonge. La première, mettant en avant l’idéologie résumée autour d’une personnalité dictatoriale, avait accompagné la contre-révolution totalitaire, la nazie aussi bien que la stalinienne. L’autre, incitant les salariés à opérer librement leur choix entre une grande variété de marchandises nouvelles qui s’affrontaient, avait représenté cette américanisation du monde qui effrayait par quelques aspects, mais aussi bien séduisait les pays où avaient pu se maintenir plus longtemps les conditions des démocraties bourgeoises de type traditionnel. Une troisième forme s’est constituée depuis, par la combinaison raisonnée des deux précédentes, et sur la base générale d’une victoire de celle qui s’était montrée la plus forte, la forme diffuse. Il s’agit du spectaculaire intégré, qui désormais tend à s’imposer mondialement (1988: 1597).

Por não ser um monólito a sobrevoar o real, a teoria do espectáculo sofre uma evolução, mas cujo conteúdo (o acréscimo de um pormenor) não colide com a sua matriz original. No entanto, “vai longe”, porque até possui um valor preditivo e inquestionável. Com efeito, Debord afirma, antecipando o término oficial da Guerra Fria, que a nova forma de poder espectacular, a do regime integrado, só se tornou realidade com a vitória da modalidade difusa do espectáculo sobre a sua concorrente totalitária. Com plena propriedade, podemos concluir que Hollywood derrotou Estaline. Não obstante esta derrota, a “americanização do mundo” não prescindiu dos meios estalinistas. Por outras palavras: “O [poder] espectacular integrado, ora se manifestando como concentrado ora como difuso, soube empregar o mais amplamente possível, desde a sua frutuosa unificação, tanto uma como outra qualidade” (id.: 1598). Importa registar, porém, que esse emprego conjunto alterou o anterior *modus operandi*, *i. e.*, que era próprio da época da separação dos dois regimes espectaculares. É por isso que hoje assistimos, por um lado — o “concentrado” —, à ocultação do comando ideológico do sistema, que passa a ser anónimo, e, por outro — o “difuso” —, à totalização social do poder espectacular<sup>3</sup>.

De um modo deveras elucidativo, das mudanças que pontuam o intervalo que vai de 1967 a 1988, a mais importante, para Debord, não se prende propriamente com o reforço do poder espectacular, mas com a própria permanência do espectáculo, porque

ela significa que lhe cabe já a tutela de toda uma geração que não conheceu senão a sua vigência legal<sup>4</sup>. É deste ponto de vista, de facto, que podemos compreender o contraste estilístico e metodológico que ilustra a diferença entre os *Comentários* e *A Sociedade do Espectáculo*. Se a este último livro subjaz realmente a firme convicção de que é inegável a proximidade histórica do horizonte revolucionário<sup>5</sup>, àquele, pelo contrário, preside o princípio da desconfiança relativamente à possibilidade da revolução<sup>6</sup>. Daí que seja notória, tematicamente, a oposição entre as duas obras: de um lado, temos a teoria da revolução<sup>7</sup>; e, do outro, a teoria da arte de governar. (Esta arte, aliás, sofreu uma alteração radical, segundo Debord, por força da profundidade da transformação social resultante da mundialização do império espectacular<sup>8</sup>.) Desde que tenhamos presente a duplicidade das perspectivas que moldam esses textos, dissolve-se imediatamente a aparência de “corte epistemológico” que entre eles se queira estabelecer. Em vez de uma ruptura, existe, é certo, uma viragem estratégica, que pretende responder à necessidade de ter presente a persistência do espectáculo. A passagem d’*A Sociedade do Espectáculo* aos *Comentários* não é senão, em suma, o movimento que nos leva, para usarmos a linguagem de Rancière, da *política* à *polícia*<sup>9</sup>. Mas é um movimento imposto pela urgência de dizer, à maneira de Maquiavel, o que as coisas são — e não o que deveriam ser.

É legítimo qualificar os *Comentários* como um livro “florentino” (KAUFMANN, 2001: 370). Em conformidade com o sentido estratégico que nele se plasma previamente<sup>10</sup>, qual advertência a quem começa a leitura, omite-se, porém, o nome de Maquiavel, cuja obra maior, instaurando a separação (conatural à modernidade) entre política e religião, busca a solução para um problema central: *Como é possível conservar o poder do Estado?* De facto, podemos ler os *Comentários* como uma resposta, ainda que não linear, a tal questão. Com efeito, contrastando com a “caixa de ferramentas” da Revolução Situacionista, de que a deriva e o desvio são portae-standartes, eis-nos perante o desdobramento do receituário de que se serve o sistema espectacular integrado para garantir a submissão das massas: (i) a instrumentalização estatal do terrorismo<sup>11</sup>; (ii) a generalização do segredo (comercial e militar, designadamente); (iii) a censura, a desinformação e a falsificação<sup>13</sup>; (iv) a organização espectacular das velhas práticas do rumor<sup>14</sup>; (v) a domesticação da crítica social<sup>15</sup>; e (vii) a sofisticação panóptica dos meios de vigilância<sup>16</sup>, de que o rasto electrónico é, sem dúvida, neste início de milénio, o mais evidente sinal. Desta lista impressionante (sempre aberta a novos contributos) resulta uma imagem totalitária da sociedade contemporânea, na qual Debord distingue cinco aspectos essenciais: “a renovação tecnológica incessante; a fusão económico-estatal; o segredo generalizado; o falso sem réplica; [e] um presente perpétuo” (DEBORD, 1988: 1599). Destes traços, os três últimos são consequências imediatas da vigência imperial do sistema espectacular integrado<sup>17</sup>. Quanto aos primeiros, estão presentes desde a fundação do espectáculo, cabendo-lhes, portanto, o estatuto de fundamentos dessa formação capitalista<sup>18</sup>.

## 2. A RATIO ESSENDI DO ESPETÁCULO

Se Marx soube ver, relativamente às relações de produção, o papel revolucionário do desenvolvimento tecnológico, não foi capaz, no entanto, no que toca às crises cíclicas do capitalismo, de antecipar o seu superlativo mecanismo de defesa, ou seja, a intervenção reguladora do Estado. Daí que a fusão económico-estatal, enquanto *ratio essendi* do espectáculo<sup>19</sup>, se consubstancie como um fenómeno que não se deixa classificar sob o esquema marxista que prevê a distinção entre base económica e

superestrutura política. Para o marxismo ortodoxo, o conflito político afigura-se, pela via mecânica dessa distinção, uma mera aparência, cuja razão de ser só pode estar num outro plano, *i. e.*, o da economia<sup>20</sup>. Com certeza que o marxismo autêntico não se revê nesse esquema redutor. Na verdade, a economia é política: “a luta de classes não ‘expressa’ uma contradição económica objectiva, [mas] ela é a própria *forma de existência* dessa contradição” [ŽIŽEK, 1999: 243 (n. 23)]. Quer isto dizer que os processos económicos não são neutros. A sua aparente neutralidade funciona apenas como um ecrã ideológico. É também por isso que podemos concluir que Debord, com a sua ideia englobante de espectáculo, resgata a autenticidade crítica do pensamento de Marx.

Em relação a esse resgate, a pergunta incontornável, quando lemos os *Comentários*, passa pela dificuldade de saber se ele, pese embora tal leitura, se mantém completamente incólume. Ora, se é certo que podemos pôr a obra sob o signo de Maquiavel, que trata da arte de governar e, consequentemente, dos meios de garantir o poder (do espectáculo, neste caso), então surge a possibilidade de reformular a questão, dando-lhe outro alcance teórico. Eis, pois, a reformulação que mais nos convém: *Como resgatar o pensamento do “último Debord”, qual Maquiavel de esquerda, das interpretações maquiavélicas?* Já que não é fácil a tarefa que queremos levar avante, importa primeiro fazer o levantamento dos obstáculos que podem impedir a sua conclusão. Assim sendo, prestemos atenção ao “manual de instruções” com que os *Comentários* brindam, desde logo, o leitor:

Le malheur des temps m’obligerá donc à écrire, encore une fois, d’une façon nouvelle. Certains éléments seront volontairement omis; et le plan devra rester assez peu clair. On pourra y rencontrer, comme la signature même de l’époque, quelques leurres. À condition d’intercaler çà et là plusieurs autres pages, le sens total peut apparaître: ainsi, bien souvent, des articles secrets ont été ajoutés à ce que des traités stipulaient ouvertement, et de même il arrive que des agents chimiques ne révèlent une part inconnue de leurs propriétés que lorsqu’ils se trouvent associés à d’autres. Il n’y aura, d’ailleurs, dans ce bref ouvrage, que trop de choses qui seront, hélas, faciles à comprendre (1988: 1594).

De acordo com o que acima se lê, Debord atribui à “miséria dos tempos” a responsabilidade objectiva pelo seu novo estilo. Em que difere ele, afinal, do que, em 1967, lhe era peculiar? Ao “estilo da negação”, paradoxalmente, parece substituir-se um estilo mimético, *i. e.*, que reproduz “a própria assinatura da época”, de que o logro constitui, para o Autor, vero sinal de reconhecimento. Neste quadro perverso, tanto as omissões voluntárias como a estrutural falta de clareza se subordinam à mesma intenção metodológica da obra, de cínico cariz, que pretende pôr-se a salvo da possibilidade de “instruir demasiadamente quem quer que seja” (id.: 1593). Daí que a metodologia oscile entre o registo paranóico, de que é sintoma a assunção subjectiva da impossibilidade de falar de uma forma totalmente livre<sup>21</sup>, e a paródia, cuja melhor expressão passa por ser a confusão carnavalesca e mediática das funções que se assacam à divisão social do trabalho<sup>22</sup>. Atendendo a essa oscilação, talvez possamos propor a hipótese de que a chave hermenêutica dos *Comentários* se encontra realmente nesta criptica afirmação: “Mas a mais alta ambição do [sistema] espectacular integrado é ainda a de que os agentes secretos se tornem revolucionários e os revolucionários se tornem agentes secretos” (id.: 1599). É de assinalar, além da inversão do sujeito e do predicado, que marca estilisticamente o *modus scribendi* debordiano, o singular ambiente de conjura que ressalta desta tese enigmática. Como interpretá-la? Sem descurar a crença (cujo valor de verdade é discutível) de que a conspiração faz parte, segundo o Debord dos *Comentários*, do funcionamento intrínseco do espectáculo<sup>23</sup>, importa atentar nas

relações que aí se estabelecem entre agentes secretos e revolucionários. A sua transformação mútua, enquanto supremo objectivo do sistema vigente, não só pressupõe uma visão conspirativa da História, mas também implica a assimilação maquiaveliana da política à *ars dominandi*<sup>24</sup>, no quadro da qual, finalmente, emerge, como consequência da radicalização “absolutista” da lógica do conflito, o ensinamento clausewitziano, *i. e.*, a conclusão de que “a guerra é apenas a continuação da política por outros meios” [1832: 87 (I, 1, 24)].

### 3. ENTRE A GUERRA E A REVOLUÇÃO

A esta luz, de resto, é deveras sintomática a presença, à cabeça dos *Comentários*, de um trecho de *A Arte da Guerra*<sup>25</sup>. Ora, Sun-Tzu, nesse texto milenar, atém-se estritamente a um ponto de vista militar sobre a guerra, não lhe dando, conseqüentemente, nenhum significado metafísico. Logo, não é a luta, como julga ainda Heraclito<sup>26</sup>, o seu objectivo principal, mas a vitória<sup>27</sup>. (Não há de ser outra, aliás, neste domínio de análise, a visão de Clausewitz<sup>28</sup>.) É igualmente em tal sentido antimetafísico, por outro lado, que Debord retoma as reflexões de Sun-Tzu, assimilando a guerra, por isso mesmo, a um jogo de estratégia, *i. e.*, que implica necessariamente uma série de estratagemas. Na verdade, todo o leitor atento de *A Arte da Guerra* (e tê-lo-á sido, por certo, Debord, tal como, anteriormente, como é sabido, o foi o próprio Mao<sup>29</sup>) sublinha e anota a palavra-chave do seu Autor: o “logro” [SUN-TZU: 33 (I, 17)], enquanto fundamenta da atividade bélica e da espionagem. E não é por acaso, portanto, que este clássico chinês se encerra com um capítulo, o décimo terceiro, que diz precisamente respeito ao uso militar de agentes secretos<sup>30</sup>. Aí procede Sun-Tzu à sua classificação, discriminando metodicamente cinco tipos de agentes: locais, internos, duplos, dispensáveis e volantes<sup>31</sup>. (A presente ordem corresponde à da fonte.) Desta tipologia de espões, perguntar-se-á, que elucidação devemos retirar? Atendendo às definições de Sun-Tzu, só podemos atribuir a Debord, enquanto Autor dos *Comentários*, o papel dos agentes volantes, pois “são os que trazem informações do campo do inimigo” [id.: 142 (XIII, 11)]. Como o inimigo, para Debord, não é nenhuma incógnita, não sendo ocasião, por consequência, de exercícios dubitativos, quer ontológicos quer epistemológicos, não se lhe afigura, de todo, desajustada, à partida, à sua consciência revolucionária, a função de “agente secreto”. Se assim é, de facto, também cabe à sua acção volante, que equivale pragmaticamente ao desvio, a superior directriz estratégica de Sun-Tzu: “Não existe lugar algum onde a espionagem não seja usada” [id.: 143 (XIII, 14)]. (À sua maneira, *i. e.*, “desviando” o original, diria Debord: “Não existe obra alguma em que não seja usado o desvio.”) Deste modo, estabelece-se, em plena campanha, uma correspondência biunívoca entre a arte de fazer a guerra e a de iludir o adversário. Daí que o melhor estratega, para Sun-Tzu, não seja aquele que consegue “cem vitórias em cem batalhas” [id.: 47 (III, 3)], mas, antes, quem é capaz de “subjugar o exército inimigo sem sequer o combater” (ibid.). Trata-se de uma estratégia admirável, cuja moderação contrasta seriamente com o espírito “clausewitziano” da “guerra total” (HART, 1963: 9), que exige o “máximo uso da força” [CLAUSEWITZ, 1832: 75 (I, 1, 3)]. Daqui, ademais, podemos retirar uma forte analogia entre a “filosofia da guerra” de Sun-Tzu e a “filosofia da revolução” de Guy Debord. Vejamos porquê: assim como Sun-Tzu quer derrotar militarmente o inimigo sem o combater, assim também Debord quer destruir a sociedade espectacular sem correr o risco (historicamente ilustrável) de um devir terrorista da acção revolucionária.

Enquanto manifestação total de violência, a guerra furta-se logicamente, de

acordo com Clausewitz, a qualquer “princípio de moderação” [id.: 76 (I, 1, 3)], cujo acolhimento conceptual seria, do seu ponto de vista, absurdo. Mas não se trata senão, precisa adiante o general prussiano, de uma reflexão filosófica, *i. e.*, cujo objecto se cinge à teoria<sup>32</sup>. Não cuidando, no entanto, de tal advertência metodológica, os discípulos de Clausewitz, à revelia deste último, tendem a desenvolver uma ideia “terrorista” acerca de todo o conflito bélico<sup>33</sup>. Na sua obra-prima, realmente, o próprio mestre chama a atenção para os limites práticos, ou seja, políticos, do desenvolvimento da guerra<sup>34</sup>. Contrariamente ao seu “conceito puro” [id.: 87 (I, 1, 23)], com efeito, ela “não avança inexoravelmente em direcção ao absoluto” [id.: 606 (VIII, 6, B)]. Por outro lado, os terroristas alimentam uma ideia “clauswitziana” (no sentido epigonístico do termo) da revolução, tomando-a, de facto, como o elemento destruidor ou, como diria Clausewitz, “o puro elemento da hostilidade à solta” [id.: 605 (VIII, 6, B)], no qual se pretende dissolver explosivamente as contradições sociais. Ora, afastando-se de uns e outros, Debord, por sua vez, não intenta uma leitura “clauswitziana” de Clausewitz, mas, antes, acolhe — huizinguianamente — a sua obra, *i. e.*, sob o respaldo histórico-filosófico do *Homo Ludens*. Dentro do espírito, em verdade, do livro exemplar do historiador holandês, que mal distingue a guerra do jogo<sup>35</sup>, condenando, por isso mesmo, a teoria da “guerra total” (HUIZINGA, 1938: 118), Debord realça a analogia que Clausewitz estabelece entre a primeira (*Krieg*) e o segundo (*Spiel*): “Em toda a gama de actividades humanas, a guerra é a que mais se parece com um jogo de cartas” [id.: 86 (I, 1, 21)]. (Deste simile analógico, no entanto, não deixa de evidenciar os limites, quando alerta o leitor para a necessidade de reconhecer a diferença — relevante — entre um passatempo e a guerra<sup>36</sup>.) Quanto a Debord, como sabemos, procede à valorização da guerra (e à qual não é indiferente, por certo, o seu desprezo pelo trabalho), mas valoriza-a, sobretudo, sob o pressuposto racionalista de que se trata, acima de tudo, de um jogo de estratégia. Neste contexto, torna-se sintomática a confissão de Guy Debord relativamente a uma particular invenção sua (aliás, lúdica): “As surpresas deste *Kriegspiel* [jogo de guerra] parecem inesgotáveis; e é [este jogo de tabuleiro]<sup>37</sup>, porventura, a única das minhas obras, receio eu, a que se ousará reconhecer algum valor” (1989: 1679). Pese embora a eventual ironia destas palavras, tê-las à vista, pelo menos, ajuda à compreensão da visão debordiana da guerra, da qual nunca se ausenta, como estamos a ver, o lastro secular dos clássicos.

#### 4.A “CONCEPÇÃO POLICIAL DA HISTÓRIA”

É incontornável, por tudo isto, a questão de saber se é possível conciliar a mundividência florentina dos *Comentários* com a crítica marxista do capitalismo. Para Slavoj Žižek, a resposta só pode ser negativa: o desenvolvimento do capital é próprio de “uma máquina global anónima que segue o seu curso” (1999: 221). A animá-la, por consequência, “não há nenhum Agente Secreto” (*ibid.*). Enquanto hipotético leitor de Guy Debord, Slavoj Žižek inclinar-se-ia, por certo, para a defesa da tese de que existe, de facto, entre as obras de 1967 e 1988, um “corte epistemológico”<sup>38</sup>. Como o seu Autor sustenta precisamente o contrário, manifestando até a continuidade de uma relativamente à outra<sup>39</sup>, impõe-se a necessidade de averiguar melhor o problema, recentrando-o sobre o ponto polémico: a “concepção policial da história”<sup>40</sup>. Vejamos, pois, sobre a matéria, o que Debord nos diz:

La “conception policière de l’histoire” était au XIX<sup>e</sup> siècle une explication réactionnaire, et ridicule, alors que tant de puissants mouvements sociaux agitaient les masses. Les pseudo-contestataires d’aujourd’hui savent bien cela, par ouï-dire

ou par quelques livres, et croient que cette conclusion est restée vraie pour l'éternité; ils ne veulent jamais voir la pratique réelle de leur temps; parce qu'elle est trop triste pour leurs froides espérances. L'État ne l'ignore pas, et en joue (1988: 1628). — É nosso o grifo.

Sem a mencionar expressamente, conforme a orientação editorial dos *Comentários*, Debord segue aqui (como se vê pela nossa chamada de atenção) a grande lição de Maquiavel: a preocupação metodológica com a *celebreverità effettuale della cosa*. Quem a ignora, com efeito, também desconhece a *varietà* dos tempos e, por força desse desconhecimento, corre o risco de abraçar o mais puro delírio político. Ora, se há um ser que cumpre a regra de Maquiavel e só se deixa guiar, de facto, pela “verdade efectiva da coisa” [1532: 185 (XV)], num quadro global de racionalidade estratégica<sup>41</sup>, ele é, sem dúvida, o Estado. Por conseguinte, quando Debord invoca a actualidade da “concepção policial da história”, limita-se a exprimir o ponto de vista da conservação do poder. Para o fazer, porém, precisa de despir a veste de revolucionário, envergando, pela primeira vez, a de “agente secreto”. Mas trata-se de um puro jogo de estratégia, ao longo do qual Debord, relativamente ao seu adversário de sempre, o Estado, não só não se quer enganar como nem sequer engana, na verdade, quem o lê. Neste caso, urge sublinhá-lo, a troca de papéis, que deve ser objecto de uma adequada contextualização política (a que se prende, em especial, com a experiência italiana do antepenúltimo decénio do século XX<sup>42</sup>), não se faz no sentido que seria desejável para a longevidade do espectáculo, que aposta tudo, naturalmente, num devir terrorista da acção revolucionária. É contra isto, sobretudo, que Debord mostra a coerência do seu programa anti-espectacular, defendendo a tese, que nunca renega, de que o terrorismo é inimigo da revolução<sup>43</sup>. Da recusa da acção directa dos anarquistas à condenação do imediatismo grotesco da “revolução cultural” dos “campeões da ideologia absoluta” (DEBORD, 1967a: 761), *i. e.*, dos “guardas vermelhos” de Mao, passando pelo dirigismo leninista dos “revolucionários profissionais” (1967b: 805), o Autor de *Uivos em Prol de Sade* mantém-se fiel à génese artística e libertária da Internacional Situacionista, opondo-se a toda a especialização e, particularmente, à da actividade política.

N’A *Sociedade do Espectáculo*, Debord escreve contra os economistas e, mais precisamente, contra a captura económica da totalidade da vida, da qual resulta (segundo os *Manuscritos de 1844*) a completa negação da humanidade do homem. (É nesta reactualização da crítica marxiana que reside, conformemente à perspectiva de um dos maiores intérpretes da obra debordiana, a sua pertinência contemporânea<sup>44</sup>.) Por outro lado, nos *Comentários sobre a Sociedade do Espectáculo*, Debord escreve contra os terroristas e, mais precisamente, contra o terrorismo de Estado<sup>45</sup>. Após o 11 de Setembro de 2001, urge ler o que aí se diz, por exemplo, sobre a “plena liberdade extrajudicial” (1988: 1624) do Príncipe moderno, cujo campo de acção, ilustrando a impossibilidade maquiaveliana de uma correspondência biunívoca entre os horizontes da política e da ética<sup>46</sup>, não se deixa circunscrever, de modo algum, pelos princípios da razão prática<sup>47</sup>.

Além das diferenças de conteúdo e de forma que separam as duas obras, apaz-nos sublinhar, todavia, as suas semelhanças. Nesta linha de abordagem, importa destacar o facto de ambos os livros elegerem o mesmo alvo, ou seja, a máquina do Estado, quer na sua versão keynesiana (a fusão económico-estatal) quer na sua versão maquiavélica (a confusão com a Máfia<sup>48</sup>). Se englobarmos num único olhar tudo o que atrás dissemos sobre Debord e Maquiavel, impor-se-á uma hipótese comparativa. Assim como a tradição hermenéutica quer ver nas principais obras de Maquiavel uma duplicidade de estilos e pontos de vista sobre a política, assim também, relativamente a Debord, e a

propósito dos seus textos teóricos mais importantes sobre o espectáculo, há quem queira levantar um problema similar. Mas, tal como é falsa a disjunção exclusiva que habitualmente se cola à interpretação do pensamento de Maquiavel (teorizador da “razão de Estado” ou defensor da liberdade?<sup>49</sup>), igualmente falsa se nos afigura a tentativa de opor um Debord revolucionário àquele que parece ocupar a posição [“paranóica”, segundo Kaufmann (2001: 324)] do “último homem” (ibid.). Para ilustrá-la, a citação a que facilmente se recorre passa por ser a seguinte:

Une notoriété anti-spectaculaire est devenue quelque chose d’extrêmement rare. Je suis moi-même l’un des derniers vivants à en posséder une; à n’en avoir jamais eu d’autre. Mais c’est aussi devenu extraordinairement suspect. La société s’est officiellement proclamée spectaculaire. Être connu en dehors des relations spectaculaires, cela équivaut déjà à être connu comme ennemi de la société (DEBORD, 1988: 1603).

Quando se ignora a biografia de Guy Debord e o seu significado existencial, ou seja, o acordo entre a reflexão e a vida (cujo rompimento é obra da modernidade<sup>50</sup>), torna-se excessivamente fácil invocar, perante a abstracção deste excerto, os recursos nosográficos da linguagem clínica, de molde que evidencie o diagnóstico de um delírio de perseguição e grandeza. Não é esse nosso caminho, tanto mais que a compreensão dos *Comentários*, na sua relação com *A Sociedade do Espectáculo*, faz que se imponha um outro entendimento (nietzschiano, este) do lugar do “último homem”. Convocando a este propósito, precisamente, o pensamento de Nietzsche, Slavoj Žižek exhibe algo que constitui, para Debord, um traço fundamental do espectáculo — “a destruição da História” —, a que poderíamos também chamar, de resto, o grande consenso da pós-modernidade, porque, efectivamente, “todos parecem concordar que o regime capitalista global [e] democrático é o regime do não-acontecimento” (ŽIŽEK, 1999: 213). (Eis uma ideia que depressa se popularizou, tornando-se até, após a publicação, nos inícios dos anos 90, do *best-seller* internacional de Fukuyama, *O Fim da História*<sup>51</sup>, um *slogan* neoliberal.) Em que sentido institui o espectáculo (o acontecimento nuclear do século XX, de acordo com Debord<sup>52</sup>) o “regime do não-acontecimento”? Com ele, finalmente, parece desaparecer o horizonte de uma transformação revolucionária da sociedade. Assistimos, pois, se nos permitem o uso das categorias de Jacques Rancière, à passagem da *política* à *policia*, *i. e.*, à mera administração do que existe<sup>53</sup>. Daí que o sistema espectacular vigente se confronte hoje, paradoxalmente, com a dificuldade que resulta da ausência aparente de efectiva negatividade social:

Enfin sa principale contradiction actuelle, c’est qu’elle surveille, infiltre, influence, un parti absent: celui qui est censé vouloir la subversion de l’ordre social. Mais où le voit-on à l’œuvre? Car, certes, jamais les conditions n’ont été partout si gravement révolutionnaires, mais il n’y a que les gouvernements qui le pensent. La négation a été si parfaitement privée de sa pensée, qu’elle est depuis longtemps dispersée (DEBORD, 1988: 1643).

Se o sistema se vigia a si próprio<sup>54</sup>, isso significa, afinal, que não cabe a Debord, em última instância, a posição paranóica, mas à sociedade que critica. “Ela quer, com efeito, ser antes julgada pelos seus inimigos do que pelos seus resultados” (id.: 1607). Daí que seja o terrorismo, designadamente<sup>55</sup>, o espantallo proteiforme que permite racionalizar toda a conduta antidemocrática e securitária da máquina estatal. Pela autovigilância, o espectáculo quer encenar a impossibilidade social da subversão. À medida que se alarga, porém, a amplitude territorial da malha vigilante, acentua-se a “tendência para a rendibilidade decrescente do controlo” (id.: 1643), o que implica um acréscimo exponencial dos custos logísticos das operações de segurança. Podemos

compreender essa tendência como o equivalente político do que, em termos económicos, não é senão a “baixa tendencial do valor de uso”. Por outro lado, devemos tomar a presente correspondência estrutural como mais uma razão para negar a existência, no curso da obra debordiana, de um “corte epistemológico”. Apenas temos de reconhecer a diversidade das abordagens do espectáculo, de que o Capital e o Príncipe são a dupla face. Tornam-se indissociáveis, consequentemente, a crítica do primeiro e a do segundo, revelando ambas, de resto, a homologia que as sustenta: eis que, realmente, tanto num caso como noutro, se configura o poder de um sujeito impessoal e anónimo. É também este paralelismo o quadro que melhor realça a pertinência de uma certa observação de Guy Debord relativamente a Marx, pondo-o em xeque por ele “negligenciar o papel económico do Estado na gestão de uma sociedade de classes” (1967b: 798). À semelhança da vigilância — que se quer panóptica — do Príncipe, trata-se de um crucial mecanismo (keynesiano, diríamos nós) de defesa do capitalismo. Mais: “O carácter ‘misto’ das economias capitalistas de mercado apaga a distinção anterior entre o capital e o Estado, deixando este de ser um simples braço político da classe capitalista” (MATTICK, 1969: 339). Por outras palavras: à luz do capitalismo contemporâneo, torna-se realmente insustentável a visão tradicional do Estado do marxismo ortodoxo, de acordo com a qual se remete para o campo da mera superestrutura o domínio dos fenómenos políticos.

## 5.A VIRAGEM ESTRATÉGICA DE GUY DEBORD

Com *A Sociedade do Espectáculo*, Debord quis escrever, sem dúvida, a sua crítica da economia política. Após “O Capital”, curiosamente, sucedeu-se “O Príncipe”. Na verdade, com os *Comentários*, temos uma reflexão sobre a política, mas tal como Maquiavel a entende, ou seja, sob a figura militar da estratégia<sup>56</sup>, definindo-a Debord, aliás, como o “campo completo do desenvolvimento da lógica dialéctica dos conflitos” (1988: 1611). Embora tenhamos já posto à margem a hipótese de um “corte epistemológico” que separe as duas obras, não há como eludir a presença de uma *viragem estratégica*, segundo a qual, porém, Debord se serve de Maquiavel, de facto, para prolongar Marx. Neste prolongamento, a palavra-chave é a *conflitualidade*, de cuja dinâmica advém justamente a instauração do Estado. Com efeito, relativamente ao conflito social, nem o alemão nem o florentino podem subscrever a assunção hegeliana da sua extinção, que pressupõe a validade (num quadro metafísico idealista) da imagem irénica da soberania, enquanto esfera da reconciliação dos interesses privados e divergentes da sociedade. Ora, seja como aparelho repressivo da classe dominante seja como instrumento de guerra do Príncipe, o poder político é, por definição, violento. Tal como o repouso, com a física moderna, passa a ser um caso especial do movimento, não havendo entre os dois, portanto, nenhuma diferença de natureza, mas tão-somente de grau, a ordem política, por sua vez, concebe-se, desde Maquiavel, como uma declinação particular da violência, a que resulta precisamente (diria mais tarde Max Weber<sup>57</sup>) da sua monopolização estatal<sup>58</sup>. Com a sofisticação espectacular deste monopólio do Estado, de que os *Comentários* pretendem ser a súmula policial, apura-se psicologicamente, *i. e.*, através do governo da própria percepção, a submissão das massas<sup>60</sup>, cuja adesão à sociedade mercantil exprime (conformemente a uma expressão de La Boétie<sup>61</sup>) uma “servidão voluntária”<sup>62</sup>. As aspas impõem-se, porque, enfim, “o que é comunicado [pelo espectáculo] são ordens” (DEBORD, 1988: 1596). Contrariamente, porém, às do príncipe de Maquiavel, cujo poder se exerce sobre algo que lhe é exterior e, por isso mesmo, está sujeito às contingências da fortuna, as ordens espectaculares confundem-se

com os desejos da multidão. Por força desta confusão (*o devir-mundo da mercadoria*), cujo combate revolucionário exige a destruição da “ideia burguesa da felicidade”<sup>63</sup>, Debord conclui que estamos perante um poder, o do espectáculo, de tal maneira “centralizador” e “unitário” (ibid.)[sem paralelo histórico, portanto, com a acção do Príncipe renascentista] que “nada lhe escapa” (id.: 1598). Isto, naturalmente, levanta um problema muito sério: o paradoxo de Epiménides.

Admitindo, por hipótese, a inescapabilidade do que quer que seja à dominação do sistema vigente, há perguntas que se tornam incontornáveis: *Para que serve, afinal, a crítica? Dela, realmente, que podemos esperar?* Nada, responderia Debord, atendendo à sua espectacularização. Assistimos, de facto, segundo ele, à consagração da “crítica espectacular do espectáculo” (1967b/1988: 849/1596), que é inimiga da dialéctica. Com efeito, a crítica mediática cumpre o “papel típico [dos *media*]: desdialectizar a realidade” (SLOTERDIJK, 1983: 616). *Que significa, na prática, tal desdialectização?* A redução das contradições sociais a simples diversidades idiossincráticas<sup>64</sup>, retirando à sociedade, por conseguinte, a dimensão estrutural do conflito. Apostar na sua continuação é ainda, para Debord, um desígnio revolucionário, cuja assunção cabe à teoria do espectáculo, já que ela possui, além da sua validade académica, um valor estratégico<sup>65</sup>. Essa aposta atravessa toda a obra do co-fundador da Internacional Situacionista e revela, por isso mesmo, a sua unidade programática: a ideia de que a vida quotidiana pode ser objecto de uma transformação radical. Contra a lógica do discurso mediático, que é meramente aditiva, e pela qual se instaura a cacofonia da multiplicação infrene dos acontecimentos que se anulam uns aos outros<sup>66</sup>, urge incrementar a consciência dialéctica da mudança. *Fazer a Revolução* continua a ser, assim, uma exigência civilizacional, mas cuja pensabilidade se defronta crescentemente com o cinismo do nosso tempo<sup>67</sup>. Porquê? Porque “se acabou com a inquietante concepção, que dominou [a Europa] durante mais de duzentos anos, segundo a qual uma sociedade podia ser criticada e transformada” (DEBORD, 1988: 1605). Entre *A Sociedade do Espectáculo* e os *Comentários*, o que mudou realmente não foi o pensamento do seu Autor. Debord, em boa verdade, conserva, ao longo de toda a sua obra, a convicção — marxiana — de que a economia capitalista, ao “fazer abertamente a guerra contra os [seres] humanos” (id.: 1616), não é senão “a conclusão lógica da negação do homem” (MARX, 1844: 184). Mudou, sim, e completamente, o horizonte da imaginação social. Em vez da revolução, tal como o co-fundador da Internacional Situacionista a concebe, ou seja, como a passagem da “pré-história cega” à história (segundo aqui Marx), temos, pelo contrário, a sua impossibilidade epocal, *i. e.*, o “eterno retorno do mesmo”, que é a mercadoria, com a consequente “destruição da História”. (A esta luz, é deveras sintomática a deliberada ausência, ao longo dos *Comentários*, de qualquer menção relativa à figura do proletariado.) Como já não existe agora nem comunidade geral, de acordo com Debord, substitui-se à História o discurso mediático, cuja técnica da repetição alimenta infundavelmente a demonstração espectacular da bondade do sistema vigente. Este último já nem sequer diz — hegelianamente — que apenas “aparece o que é bom”, sendo unicamente “bom o que aparece”; limita-se a dizer cinicamente: “É assim” (DEBORD, 1979: 1472).

## REFERÊNCIAS

As indicações bibliográficas que o texto contém dizem respeito à data da edição original. Nem sempre tivemos, todavia, a possibilidade de recorrer às edições originais. Nesse caso, a paginação remete o leitor para as edições que constam

deste acervo bibliográfico.

- AGAMBEN, Giorgio (1990) — “Marginal Notes on ‘Commentaries on Society of Spectacle’”. In *Means without End: Notes on Politics*. Trad. de Vincenzo Binetti e Cesare Casarino. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000, pp. 73-89.
- AURÉLIO, Diogo Pires (2012) — *Maquiavel & Herdeiros*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- BADIOU, Alain (2009) — *L'Hypothèse Communiste*. Paris: Nouvelles Éditions Lignes.
- BOURSEILLER, Christophe (1999) — *Vie et Mort de Guy Debord*. Paris: Pocket, 2016.
- CLAUSEWITZ, Carl (1832) — *On War*. Ed. e trad. de Michael Howard e Peter Paret. Nova Jérnia: Princeton University Press, 1989.
- DEBORD, Guy (1957) — “Rapport sur la construction des situations et sur les conditions de l'organisation et de l'action de la tendance situationniste internationale”. In *Œuvres*. Ed. de Jean Louis Rånçon (com a colaboração de Alice Debord) e introdução de Vincent Kaufmann. Paris: Gallimard, 2006, pp. 309-328.
- DEBORD, Guy (1967a) — “Le point d'explosion de l'idéologie en Chine”. In op. cit., pp. 751-763.
- DEBORD, Guy (1967b) — “La Société du spectacle”. In op. cit., pp. 765-873.
- DEBORD, Guy (1976) — “Le ‘Jeu de la Guerre’”. In op. cit., pp. 1317-1325.
- DEBORD, Guy (1979) — “Préface à la 4<sup>e</sup> édition italienne de ‘La Société du Spectacle’”. In op. cit., pp. 1460-1473.
- DEBORD, Guy (1985) — “Considérations sur l'assassinat de Gérard Lebovici”. In op. cit., pp. 1539-1577.
- DEBORD, Guy (1988) — “Commentaires sur la société du spectacle”. In op. cit., pp. 1593-1646.
- DEBORD, Guy (1989) — “Panégyrique, tome premier”. In op. cit., pp. 1656-1689.
- GABEL, Joseph (1962) — *A Falsa Consciência: Ensaio sobre a Reificação*. Prefácio e trad. de Alfredo Margarido. Lisboa: Guimarães Editores, 1979.
- GALIMBERTI, Jacopo (2016) — “‘Combien de temps va encore passer avant que soit atteint le 14 mai?’ Guy Debord stratège des luttes de classes en Italie”. In LE BRAS & GUY, Emmanuel (orgs.), *Lire Debord: avec des Notes Inédites de Guy Debord*. Paris: L'Échappée, 2016, pp. 303-312.
- HART, Lidell (1963) — “Prefácio”. In SUN-TZU, op. cit., pp. 9-11.
- HUIZINGA, Johan (1938) — *Homo Ludens*. Trad. de Eugenio Imaz. Madrid: Alianza, 2010.
- JAPPE, Anselm (1993) — *Guy Debord*. Trad. de Iraci D. Poleti e Carla da Silva Pereira. Lisboa: Antígona, 2008.
- KAUFMANN, Vincent (2001) — *Guy Debord. La Révolution au Service de la Poésie*. Paris: Fayard.
- MAQUIAVEL (1532) — *O Príncipe*. Trad., introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- MARX, Karl (1844) — *Manuscritos Económico-filosóficos*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MATTICK, Paul (1969) — *Marx & Keynes: os Limites da Economia Mista*. Trad. de Luís Leitão. Lisboa: Antígona, 2010.
- PANNEKOEK, Anton (1946) — *Workers' Councils*. Edimburgo: AK Press, 2003.
- PERNIOLA, Mario (2007) — “Reflexiones y recuerdos a la deriva sobre lousituacionistas”. In *Los Situacionistas: Historia Crítica de la Última Vanguarda del Siglo XX*. 2.<sup>a</sup> edição. Trad. de Álvaro Garcia Ormaechea. Madrid: Acuarela & A. Machado, 2010, pp. 161-175.
- RANCIÈRE, Jacques (2009) — “A comunidade como dissentimento”. Trad. de Miguel Serras Pereira. In DIAS, Bruno Peixe & NEVES, José (orgs.), *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Tinta-da-china, 2011, pp. 425-443.
- SLOTERDIJK, Peter (1983) — *A Crítica da Razão Cínica*. Trad. de Manuel Resende. Lisboa: Relógio d'Água, 2011.
- STREECK, Wolfgang (2013) — *Tempo Comprado: a Crise Adiada do Capitalismo Democrático*. Trad. de Marian Toldy e Teresa Toldy. Coimbra: Actual Editora, 2013.
- SUN-TZU (IV a.C.) — *A Arte da Guerra*. Trad. e nota introdutória de Carlos Correia Monteiro de Oliveira. Lisboa: Relógio d'Água, 2009.
- ŽIŽEK, Slavoj (1999) — *O Sujeito Incómodo: o Centro Ausente da Ontologia Política*. Trad. de Carlos Correia Monteiro de Oliveira. Lisboa: Relógio d'Água, 2009.

## NOTAS

- 1 Cf. DEBORD, 1967b: 813.  
 2 Cf. AGAMBEN, 1990: 80.  
 3 Cf. DEBORD, 1988: 1598.  
 4 Cf. id.: 1597.5 Cf. DEBORD, 1967b: 817.  
 6 Cf. DEBORD, 1988: 1640-1641.  
 7 Cf. KAUFMANN, 2001: 374.  
 8 Cf. DEBORD, 1988: 1645.  
 9 Cf. Žižek, 1999: 193-194.  
 10 Cf. DEBORD, 1988: 1594.  
 11 Cf. id.: 1607.  
 12 Cf. id.: 1624.  
 13 Cf. id.: 1605-1606/1619-1622/1622-1623.  
 14 Cf. id.: 1638.  
 15 Cf. id.: 1637.  
 16 Cf. id.: 1640-1641.  
 17 Cf. id.: 1600.  
 18 Cf. JAPPE, 1993: 18/192.  
 19 Cf. DEBORD, 1988: 1600. — Disso mesmo é prova a recente transformação da crise financeira, à luz de um “keynesianismo de resgate” (STREEK, 2013: 87), num problema da dívida soberana, com a consequente “nacionalização”, designadamente, dos prejuízos da banca.  
 20 Cf. ŽIŽEK, 1999: 195.  
 21 Cf. DEBORD, 1988: 1593.  
 22 Cf. id.: 1599.  
 23 Cf. id.: 1637. — Há quem confunda, aliás, a teoria do espectáculo, enquanto tal, com uma hipótese “teatral”, validando, por conseguinte, a tese conspiracionista acerca do *modus operandi* do *establishment*. É esse o caso de Bourseiller: “Perfila-se, *desde logo* — diz ele —, por detrás da noção de espectáculo, uma teoria da conspiração” (1999: 323). De acordo com o grifo, que é nosso, nem sequer se trata aqui dos *Comentários*, mas, acima de tudo, de *A Sociedade do Espectáculo*. — Eis, pois, mais um exemplo que ilustra — à sociedade — a absoluta incompreensão da mundividência dialéctica em que se inscreve o desenvolvimento da obra debordiana.  
 24 Cf. MAQUIAVEL, 1532: 181.  
 25 Cf. DEBORD, 1988: 1593.  
 26 Cf. HERACLITO — *Fragmentos Contextualizados*. Prefácio, apresentação, trad. e comentários de Alexandre Costa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 143 (XX-XXI).  
 27 Cf. SUN-TZU: 40 (II, 3).  
 28 Cf. CLAUSEWITZ, 1832: 75 [I, 1 (2)].  
 29 Cf. SUN-TZU: 84 (n. 81) [VII, 12].  
 30 Cf. id.: 139-146 (XIII, 1-23).  
 31 Cf. id.: 140 (XIII, 5).  
 32 Cf. CLAUSEWITZ, 1832: 579 (VIII, 2).  
 33 Cf. HART, 1963: 9.  
 34 CLAUSEWITZ, 1832: 607 [VIII, 6 (B)].  
 35 Cf. HUIZINGA, 1938: 117-136.  
 37 A sua primeira edição remonta a 1978. Como se trata de um jogo de guerra, o seu objectivo principal é a “destruição completa do potencial do inimigo” (DEBORD, 1976: 1317). Para o efeito, os jogadores têm à sua disposição, de algum modo, as condições logísticas que lhes permitem articular a estratégia e a tática, de acordo com o “espírito clausewitziano” (cf. id.: 1318-1319). De resto, a própria designação deste jogo — *Kriegspiel* — não deixa de ser uma homenagem a Clausewitz.  
 38 É essa a tese, por exemplo, do Autor de *Vida e Morte de Guy Debord* (cf. BOURSEILLER, 1999: 513-514). Mas trata-se de uma leitura ingénua, *i. e.*, que toma à letra o discurso dos

*Comentários*, indo ao ponto de presumir que Debord “deplora, em particular, a abolição [espectacular] da divisão do trabalho” (id.: 514). Ora, como sabemos, a sua supressão, nos termos programáticos da Internacional Situacionista, torna-se inseparável da sociedade sem classes.

40 Enquanto leitor de *A Falsa Consciência*, cuja obra cita abundante e expressamente (cf. DEBORD, 1967b: 858-859), ele não poderia ignorar a tese — que aí se encontra — acerca da natureza antidialéctica da “concepção policial da história” (cf. GABEL, 1962: 184-185). Nestas páginas, trata-se, em suma, não só de a graduar (“a forma extrema da alienação política”), mas, acima de tudo, com o respaldo metodológico de Lukács, de a julgar sob uma perspectiva marxista, articulando-a, ao mesmo tempo, com uma análise psicopatológica, visto que estamos perante um fenómeno em que o Autor reconhece uma “estrutura esquizofrénica”, segundo a qual se nega adialecticamente, aliás, o desenvolvimento histórico. (Como tal, marca caracteristicamente o universo concentracionário do totalitarismo.) Ora, como a recusa anti-estruturalista da “destruição da História” (DEBORD, 1988: 1602) constitui, como sabemos, um trave-mestra do pensamento situacionista, surge a necessidade, sem dúvida, de resolver o que parece ser, à partida, uma contradição, ou seja, o contraste entre o discurso “conspirativo” dos *Comentários* e a crítica dialéctica de *A Sociedade do Espectáculo*.

41 Cf. AURÉLIO, 2012: 129.

42 Cf. GALIMBERTI (2016). — *Vd.* igualmente BOURSEILLER, 1999: 399-400.

43 Cf. DEBORD, 1985: 1544.

44 Cf. JAPPE, 1993: 197.

45 Cf. DEBORD, 1988: 1625.

46 Cf. AURÉLIO, 2012: 129.

47 Veja-se o caso da prisão estado-unidense de Guantánamo.

48 Cf. DEBORD, 1988: 1630.

49 Cf. AURÉLIO, 2012: 65/108 (n. 42).

50 Cf. SLOTERDIJK, 1983: 656.

51 Cf. FUKUYAMA, Francis (1992) — *The End of History and the Last Man*. Nova Iorque: Free Press, pp. XII-XII. — Como estamos a ver, o título — completo — possui evidentes ressonâncias hegeliano-nietzschianas, mas o argumento central do livro assenta a sua estratégia, acima de tudo, num dispositivo retórico de legitimação do que chamaríamos (conformemente a uma expressão do Autor d'*A Hipótese Comunista*) a “ordem capital-parlamentarista” (BADIOU, 2009: 7) do nosso tempo. Daqui não decorre o corolário, no entanto, de que possa ser exclusivamente parlamentar o mecanismo de derrube do capitalismo. Como se exerce extraparlamentarmente o seu domínio sobre o mundo, tal hipótese instrumental constitui-se, de facto, como uma impossibilidade objectiva. Quer isto dizer que a revolução surge, em termos debordianos, como a única via — imaginável — de superação do regime espectacular vigente, tanto mais que a democracia parlamentar, enquanto “válvula de escape” da luta de classes, não é, de modo algum, um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo (cf. PANNEKOEK, 1946: 133). Consequentemente, impõe-se, de acordo com o Autor d'*Os Conselhos Operários*, a seguinte conclusão: “Sendo apenas parcial, a democracia parlamentar não é uma democracia completa” (ibid.). Neste juízo depreciativo, naturalmente, temos a retoma da crítica marxiana à vertente superstrutural da política.

52 Cf. DEBORD, 1988: 1636.

53 Cf. RANCIÈRE, 2009: 433.

54 Se dúvidas ainda houvesse, bastaria atentar em todas as ramificações estratégicas do caso — que remonta a 2013 — de Edward Snowden, ex-analista informático da Agência de Segurança Norte-americana (N. S. A.). — Para quem busque um aprofundamento desta matéria, sugere-se a consulta atenta da seguinte obra: LEFÈBURE, Antoine (2014) — *O Caso Snowden: como os E. U. A. Espiam o Mundo*. Trad. de Pedro Carvalho e Guerra. Lisboa: Antígona, 2015.

55 Veja-se estoutro exemplo: as medidas biopolíticas de combate à pandemia em curso também têm servido (e não poucas vezes!) para restringir os direitos, as liberdades e as garantias

dos cidadãos.

56 Cf. AURÉLIO, 2012: 129.

57 Cf. WEBER, Max (1919) — “A Política como Vocação”. In *Ciência e Política: Duas Vocações*. 20.<sup>a</sup> edição. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2013, p. 56.

58 Cf. AURÉLIO, 2012: 83.

59 Cf. DEBORD (1988: 1598) & AURÉLIO (2012: 92).

60 Cf. DEBORD, 1988: 1609.

61 Cf. LA BOÉTIE, Étienne (1574) — *Discurso sobre a Servidão Voluntária*. 3.<sup>a</sup> edição. Trad. de Manuel João Gomes. Lisboa: Antígona, 2016.

62 Cf. DEBORD, 1988: 1629.

63 Cf. DEBORD, 1957: 328.

64 Cf. SLOTERDIJK, 1983: 616.

65 Cf. DEBORD, 1988: 1595.

66 Cf. id.: 1609.

67 Cf. SLOTERDIJK, 1983: 18.